

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019135-159>

## CRISE DO CONHECIMENTO OU CRISE DA UNIVERSIDADE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO KNOWLEDGE CRISIS OR UNIVERSITY CRISIS: AN APPROACH FROM ÁLVARO VIEIRA PINTO'S THINKING

José Ernesto de Fáveri\*

**Resumo:** Este trabalho consiste na análise sobre a questão do conhecimento e a crise da universidade mostrando como os dois eixos estão interligados por um estreito vínculo epistemológico e ideológico. O objetivo visa abordar que as crises do conhecimento e da universidade favorecem a classe minoritária em uma sociedade subdesenvolvida como é o Brasil de hoje. A estrutura do conteúdo dessa temática está distribuída em dois eixos centrais: a crise do conhecimento e da universidade para manter a ideologia dominante, cuja preocupação é a de preservação dos privilégios de uma minoria social oriunda da péssima distribuição de renda e do conhecimento. Isto acaba favorecendo a classe dos ricos e deteriora as condições socioeconômica da classe mais pobre. Tanto o acesso ao conhecimento quanto à universidade é restrito a camada social mais rica da sociedade. Em contrapartida a dificuldade de acesso das camadas sociais mais pobres à universidade não consegue se apropriar de um conhecimento vinculado à realidade e, com isso, não compreende o contexto em que se desenvolve a sua vida, produzindo a consciência ingênua que consolida a dominação e exploração sobre as massas dando origem ao fenômeno de desumanização do homem pobre. Enfim, esta temática foi organizada para que se acalente o debate em torno da crise social do conhecimento e da universidade enquanto fenômenos epistemológicos e ideológicos instrumentalizados para a dominação e a exploração da minoria sobre a grande maioria em sociedade.

**Palavras-chave:** Crise. Conhecimento. Reforma da universidade. Consciência crítica.

**Title:** Knowledge crisis on university crisis: an approach from Álvaro Vieira Pinto's thinking

**Abstract:** This present work consists of an analysis of the question of knowledge and the crisis in the university, showing how the two strands are interconnected by a narrow epistemological and ideological link. The goal of this approach aims to address that the knowledge and university crisis favor the minority class in a underdeveloped society as we have in Brazil nowadays. The content structure of this theme is distributed in two central axes: the crises of knowledge and the university to maintain the dominant ideology, concerns are the preservation of the privileges of a minority from the poor distribution of income and knowledge. This ends up teasing the rich class and deteriorates the socioeconomic conditions of the poorer class. Both access to knowledge and university are restricted to the richest layer of society. In contrast to the difficulty of access from the poorest social layers to the university means that there is no appropriation of knowledge linked to reality and, therefore, they do not understand the context in which their lives develop, producing the naive consciousness that consolidates the domination and exploration of the masses, giving rise to the phenomenon of dehumanization of the poor mass. Finally, this theme was organized to animate the discussion about the social crisis of knowledge and the university as an

\* Graduado em Pedagogia e Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1980), mestre em Educação: Ensino Superior pela Universidade Regional de Blumenau (1995) e doutorado na área da Educação: Fundamentos da Educação pela USFCar (2006). Atualmente realiza atividades de docência, pesquisa nas áreas da educação, filosofia, desenvolvimento nacional e regional na UNIDAVI. E-mail: [faveri@unidavi.edu.br](mailto:faveri@unidavi.edu.br)

*instrumentalized epistemological and ideological phenomenon for the domination and exploration of the minority over the vast majority in society*

**Keywords:** *Crisis. Knowledge. University reform. Critical awareness.*

**Recebido em: 22/09/2019. Aprovado em: 21/11/2019.**

## 1 O CONTEXTO DA ABORDAGEM

Esta abordagem não poderia iniciar-se sem uma referência ao pensamento de Albert Einstein, extraído da obra *Como Vejo o Mundo* (1934). O autor, nessa obra, faz uma referência para indicar aos leitores o significado da temática que nos propomos a analisar. Segundo o pensador, “a crise é a melhor benção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar superado”<sup>1</sup>. O sentido que Einstein atribui à crise está muito próximo do sentido que queremos dar, nessa abordagem, sobre a crise do conhecimento e da universidade como objetos de análise no momento atual da história, mas com uma diferença fundamental: enquanto Einstein vê na crise a potência e a possibilidade de transformação de si e do mundo, o conhecimento e a universidade hoje, consolidam o atual estágio em que ambos se encontram por reprimir e menosprezar o potencial de transformação que possui.

O objetivo dessa análise consiste em estimular o debate, no sentido de construir o caráter crítico do conhecimento e do modo como se concebe a universidade brasileira hoje. Somente o caráter crítico de ambas as concepções pode construir processos individuais e coletivos de pensar, capazes de gerar evolução no nível de consciência e atuação das pessoas no meio em que estão inseridas. A meta que se pretende alcançar com essa abordagem é o debate questionador sobre as temáticas, para impulsionar a criação de uma visão mais ampla e profunda do objeto em questão e, quiçá, estimular a mudança para um pensar menos ingênuo, para um pensar mais crítico e um agir mais consciente entre as pessoas diante da realidade em que se desenvolve a existência.

Longe de querer esgotar a temática, o que se pretende é levar o leitor a pensar sobre a realidade nacional balizada pelas políticas públicas de um governo voltado a defender os interesses da elite nacional e comprometido com o entreguismo do capital nacional às empresas internacionais, sob o pretexto de resolver o problema de caixa. Durante a leitura desse texto, torna-se salutar pensar no que está fazendo o governo Bolsonaro e como influencia no fenômeno social do imobilismo pela manipulação do povo simples a favor de si. Ou seja, “numa época de mentiras universais, difundidas pelas redes sociais, tentar dizer a verdade é um ato revolucionário”, conforme nos alerta George Orwell (1984). No caso do contexto nacional brasileiro, dizer a verdade é um risco e uma ameaça, porque o analista pode ser taxado irresponsavelmente de socialista pelo fato de pensar diferente,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2OLgzAl>. Acesso em: 23 out. 2019

enquanto se fortalece um movimento arquitetado contra o pensamento de esquerda, por um gueto de pessoas desqualificadas do ponto de vista teórico e incapacitadas de análise por falta de argumentos e conhecimentos da realidade nacional. Por isso, esse gueto de pessoas que se autodenominam de “intelectuais salvadores da pátria” não passa de um bando de indivíduos com uma visão de mundo e da realidade nacional própria da consciência ingênua, sem nexos com os fatos e com os acontecimentos que constituem essa realidade. Portanto, uma análise própria do senso comum da pior estirpe veiculada por *Fake News*.

Finalmente, quero ressaltar que os dois eixos da temática aqui abordados estão intimamente ligados, porque quando pensamos na teoria do conhecimento é quase impossível separá-la do aforismo de que a universidade é o templo do saber, ou seja, do conhecimento. Tanto o conhecimento quanto a universidade, se não atingirem o grau máximo de criticidade, não poderão ser instrumentos eficazes para as transformações da realidade social que o mundo contemporâneo exige. Se não for alcançada essa condição, o conhecimento e a universidade, tornam-se um eficiente instrumento ideológico para consolidar a opressão local e universal, através da desciminação das desigualdades e injustiças no conjunto da sociedade, gerando o imobilismo das massas.

## 2 A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A REVISÃO CRÍTICA DO PAPEL OPRESSOR DA UNIVERSIDADE

### 2.1 AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAR CRÍTICO

Algumas observações são imprescindíveis antes que seja abordada a concepção de conhecimento a fim de direcionar a análise que se pretende inserir aqui. A primeira, e talvez a mais fundamental de todas, é destacar que o conhecimento significa o resultado do que a espécie humana realiza coletivamente, não apenas como produto de uma consciência isolada dos demais seres vivos, mas, além e acima de tudo, deve ser entendido como uma atividade inerente à produção material da existência, objetivando promover e avançar na qualidade das condições de vida da espécie humana. Por isso, o conhecimento humano possui uma dimensão e um caráter eminentemente social, porque é resultado coletivo do pensamento e da ação do ser humano para se manter vivo. A segunda observação reside no conceito de conhecimento que não pode ser entendido única e exclusivamente como uma atividade abstrata e subjetiva, própria do homem distanciado da realidade em que se desenvolve o processo vital do ser humano. O ser humano possui uma essência concreta porque está imerso na realidade em que se manifesta o fenômeno da vida e da qual ele mesmo é parte e, a transforma para si com o intuito de melhorar a qualidade de vida. Por isso, o conhecimento está ligado diretamente à capacidade que esse ser tem de manusear o mundo e, ao fazê-lo, elabora e desenvolve a capacidade ideativa que constitui o próprio pensar, sobre si e o mundo que o rodeia, no sentido de compreendê-lo de forma mais abrangente e profunda. Com isso, constrói uma visão crítica do seu real estado de estar no e com o mundo. A terceira observação é que o conhecimento assume uma multidimensionalidade que, simultaneamente, ao longo do

processo de viver e conviver com os outros, manifesta-se como: relativo, concreto, existencial, empírico, racional, histórico enquanto processo evolutivo, antidogmático e fecundo; porque melhora a qualidade de vida individual e coletiva na linha do tempo do ser humano e da sua espécie. A quarta observação assenta-se na diferenciação entre saber e conhecimento, que embora distintos estão intimamente ligados. O saber é uma construção histórica de práticas para buscar, de forma mais elaborada, a sobrevivência que permitiu a esse ser e à espécie a capacidade de sobreviver e manter-se vivo em níveis e estágios sempre superiores, ao longo da história. Portanto, podemos referenciar o saber enquanto o conjunto histórico de práticas do ser humano sobre a natureza para manter-se vivo como indivíduo e espécie, em níveis superiores ao longo da história. O conhecimento é uma forma de construção do pensar sistemático e metódico que esse ser realizou ao longo da história sobre práticas, a partir da modernidade, usando a aplicação do método para superar e ascender do estado natural e espontaneista de conseguir as coisas materiais para manter-se vivo, com o fim de melhorar ao longo do processo de existir, o pensar e o agir sobre o mundo. Esse estágio intencional e metódico de produzir o conhecimento visa alcançar o mais elevado nível de qualidade de vida que possuímos hoje, sob todos as dimensões e aspectos do conforto proporcionado pela técnica<sup>2</sup> que temos à disposição, no momento presente da civilização. Por isso, o progresso e a evolução do saber, vinculado ao processo metafísico de produzir o conhecimento, estão ligados e religados por inúmeras formas de produzir o melhoramento das condições materiais desse ser, para manter-se vivo em níveis superiores ao longo da história da espécie humana. Afinal, qual a concepção de conhecimento que pode suscitar o pensamento crítico? Que tipo de conhecimento, simultaneamente, faz o ser humano evoluir no pensar e no agir cada vez mais elaborado para viver melhor? Em que consiste o conhecimento que leva o ser humano a construir o pensamento crítico?

A concepção de conhecimento tem de ser entendida como um processo evolutivo, que ascende do estágio incipiente do saber para o estágio metódico do ato de conhecer o mundo pelo qual o ser humano dota a consciência de novas ideias, enquanto representação da realidade e das práticas metódicas no pensamento, num processo de aperfeiçoamento sem fim, até alcançar o estágio de qualidade do pensar que temos hoje. Sem dúvida esse estágio ao qual nos referimos é a fase da ciência enquanto paradigma moderno das ciências empíricas.

O conhecimento, para Vieira Pinto (1979), consiste numa reação interna do sujeito frente ao meio que o cerca, e tem como objetivo manter-se vivo e melhorar as condições materiais da sua vida. Entretanto, ao realizar esta façanha desenvolve simultaneamente, o poder de ideação que nada mais é do que desenvolver a capacidade do pensamento de compreender a realidade objetiva. O grande desafio consiste em produzir um conhecimento para a vida, realizando a junção entre teoria e prática, da qual resultem novas facetas da teoria, produzindo o avanço da mesma e gerando um novo conhecimento que permita compreender e transformar o mundo para melhorar, tanto o conhecimento como a compreensão da realidade, num mesmo processo existencial em que o sujeito

---

<sup>2</sup> Ver tema publicado na obra: AMORIN, Wellington Lima (org). *Desenvolvimento, educação e regionalidade*. Apud Conceito de técnica em Ortega Y Gasset, Martin Heidegger e Álvaro Vieira Pinto. Erechim (RS): Deviant, 2019, p. 75-104.

esteja imerso. Essa forma de conhecimento coloca-se como motor que cria um nível de consciência mais crítico sobre a realidade, pois, busca soluções para as situações novas que surgem mediante a aplicação da teoria na prática e ampliar a capacidade de pensar do ser humano. Dessa forma, o conhecimento identifica-se com a vida, porque é fruto da relação do homem com a realidade e apenas se diversifica em vários graus evolutivos pela complexidade que abrange ao compreender o mundo em que vivemos. Então, o conhecimento é o fenômeno ligado à vida, porque gera ideias novas para superar situações novas que vão surgindo ao longo da existência.

Em decorrência dessa concepção de conhecimento, podemos abordar algumas dimensões fundamentais que possam gerar o pensamento crítico: a primeira, situa o conhecimento num processo evolutivo, considerado em uma escala e um grau de complexidade cada vez mais perfeito, criando a visão de totalidade de si e do mundo mais próximo em que se desenvolve a vida. Seria um grande equívoco afirmar que o conhecimento é fruto de uma iniciativa individual isolada do real, mas é outrossim, um processo que faz o ser humano interagir com a realidade na relação uns com os outros suscita, no indivíduo, novas ideias no pensamento, num processo contínuo e cada vez mais perfeito. Por isso, jamais podemos considerar o conhecimento como uma atividade individualista e linear de interpretação subjetiva, isolando o ser humano do mundo em que vive. Consiste, portanto, numa busca de compreensão da totalidade que somos e do mundo em que vivemos para produzir, dialeticamente, uma visão de si e da realidade mais ampla e profunda possível. Nesse sentido, visão de totalidade significa um pensar dialético aberto que evolui num processo de aperfeiçoamento sem fim, estreitando cada vez mais os laços entre teoria e prática. Essa visão de totalidade alcança o ápice numa etapa da evolução do pensamento. Na etapa seguinte, tende a reconstituir-se e retotalizar-se numa nova etapa superior, se comparada com aquela imediatamente anterior. Por isso, o conhecimento não é linear, mas evolui dentro de uma dinâmica que o faz avançar tanto no plano ideal quanto no plano real. Conhecimento é uma simbiose entre pensamento e realidade, que gera novas ideias constitutivas de uma nova forma de pensar e agir, ou seja, o pensar crítico do qual se origina a consciência crítica, porque liga e religa a ideia e a ação num mesmo processo de produção do conhecimento.

A segunda dimensão do conhecimento não está relacionada a uma ideia estável, sustentada na lógica formal do pensamento fechado em si mesmo pelo processo de abstração, próprio do pensar metafísico; mas ao contrário, entende-se que o conhecimento está vinculado ao fator histórico, porque sempre será relativo e evolutivo, pois tende manifestar-se como criação incompleta e inacabada entre uma etapa e outra em que é produzido. Assim, a totalidade de uma etapa do conhecimento tende a evoluir para outra ainda mais perfeita. Ou seja, a experiência pensada é que propulsiona o grau de aperfeiçoamento do conhecimento da realidade. Por isso, o conhecimento como fator histórico não comporta a lógica formal, mas a lógica dialética,<sup>3</sup> isto é, um processo de

---

<sup>3</sup> O significado da lógica dialética consiste na exigência de passagem do raciocínio formal ao dialético. O raciocínio formal se aplica a objetos, fenômenos e casos particulares como expressão da lógica clássica na formulação dos conceitos e enunciados em uma escala humana primária na formação do pensamento metafísico e abstrato. A dialética tem a sua própria lógica aplicada ao dinamismo do real como fato histórico e social na evolução da realidade e da espécie humana. A lógica dialética significa a presença racional do homem na realidade, existe um raciocínio que supere a sucessividade das ideias e os acontecimentos, e,

aperfeiçoamento constante, evolutivo e sem fim. A experiência até pode ser a mesma orientada por um método determinado, mas os resultados poderão ser diferentes e mais perfeitos entre uma e outra etapa histórica comparada com a anterior, porque uma experiência potencializa a evolução e acrescenta alguma novidade do que se quer conhecer na etapa subsequente. Por isso, a consciência crítica é o fenômeno humano que está ancorado no conhecimento com esse caráter de evolutividade, fundado no fator histórico que o condiciona e o determina.

Essa dimensão tem como ponto de partida o fato existencial e social que compõe a realidade em nossa volta. É o fato histórico que torna o conhecimento com a máxima amplitude e com maior profundidade na organização da matéria viva, na forma de pensamento com o mesmo caráter. Por isso, o fato como base inegável do conhecimento, gera o “eu penso”, enquanto atividade da inteligência, no espaço e tempo que me circunda naquele momento que apreendo o mundo no ato de pensá-lo. O que não permite e não comporta o “eu penso” entendido como um fato isolado do real, próprio do pensar metafísico alienado; mas um “eu penso” enquanto possibilidade do “nós pensamos” que consiste colocar as vistas em diferentes pontos da realidade para representá-la no pensamento. Porque além do conhecimento ter origem no fato, é organizado por muitos sujeitos, do qual resulta o autêntico conhecimento com a mínima exigência racional vincula a realidade objetiva. O que se quer afirmar aqui e, insisto nisso: é preciso esforçar-se para superar as especulações metafísicas no ato de conhecimento para entrar num processo dialético na forma de conhecer o mundo, cada vez mais perfeita. Isto é, a realidade é dinâmica e, por isso, o esforço de conhecer também deverá possuir o mesmo caráter no sentido de desenvolver a dinâmica do pensar compatível com o dinamismo da realidade. Assim sendo, tanto a realidade quanto o pensamento geram as ideias e constitui o conhecimento no sujeito empírico. Nessa perspectiva, assumem o caráter dinâmico do ponto de vista racional. Enfim, o conhecimento como fator histórico dá origem a teoria do conhecimento do “nós”, ou seja, o “cogitamos” e não um simples “cogito”. O “cogito” transforma-se em “cogitamos”. Dito de outra forma, o “eu penso” se transforma no “nós pensamos”, porque a base desse tipo de conhecimento é o fato e nenhum fato está isolado do outro assim como, nenhum sujeito empírico está isolado do outro. Por isso, o conhecimento é determinado por um fator histórico e, possui um caráter social e universal vinculando à realidade objetiva mais próxima em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, o conhecimento supera a subjetividade e se transforma num processo objetivo, num aperfeiçoamento contínuo quando construído pela relação entre homem e a realidade, que compartilhado com o outro, torna-se num fenômeno racional intersubjetivado e com um caráter eminentemente social gerador do pensar crítico.

A terceira dimensão, diz respeito ao fundamento do conhecimento, que é a realidade objetiva em que o ser humano está inserido e da qual resulta no contexto social em que constrói as relações existenciais, inclusive as relações coletivas para a produção material da existência pela busca da sobrevivência. É a realidade que informa o “eu penso”, que,

---

incorpore no seu pensar a possibilidade da emergência do novo, a fim de, realizar as transformações no conteúdo e na forma de elaborar os conceitos e os enunciados como potencializadores da capacidade transformadora que o homem possui. Para aprofundar sobre a temática ver: PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: os problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 175-215.

intersubjetivado com o “nós pensamos”, gera o ato de conhecimento e assume um caráter social, porque o fato supera a dimensão subjetiva quando pensado e compartilhado através do diálogo epistêmico sobre o real estado dos fatos e da realidade material entre os sujeitos ocupados em produzir conhecimento sobre o mundo em que vivemos. Os sujeitos envolvidos, nessa forma de conhecer entram num processo sem fim de aperfeiçoamento da compreensão de si e do mundo no qual se debruçam para conhecer a si e a realidade. Resulta daí o autêntico conhecimento veiculado entre outras coisas, a necessidade para melhorar, qualitativamente, a existência. O que temos à compreender é que a representação do fato será sempre individual. Entretanto, a representação do fato no pensamento comunicado para outro sujeito se torna uma relação da qual surge a dimensão social do pensamento, que atribui, ao conhecimento, o caráter social. Todo esse processo de conhecimento, em permanente processo de construção e reconstrução, tem como ponto de partida, a realidade objetiva e a finalidade consiste em desenvolver o conhecimento crítico pelo sujeito empírico, numa relação recíproca entre o sujeito que produz o conhecimento da realidade em que está imerso, num processo sem fim. Essa realidade, processada no pensamento entre vários sujeitos, transforma-se num processo de compreensão social do meio em que se desenvolve a vida humana, melhorando o nível de compreensão que temos da realidade e a satisfação qualitativa e mais elaborada das necessidades materiais prementes na maioria da sociedade. Por isso, produz a consciência individual e social de caráter crítico, através da visão de totalidade do real estado dos fatos e dos acontecimentos, transformando o ser humano no sujeito do conhecimento gerador da consciência crítica em torno dos condicionamentos que determina as reais condições de vida e não um mero receptor do que já temos produzido.

A quarta dimensão consiste em compreender que existe “o todo” e “a parte” do conhecimento numa fase específica de sua elaboração. Isso quer dizer que o processo de elaboração do conhecimento está alicerçado na ideia de que o conjunto total de conhecimento, produzido até o momento presente, está diretamente ligado à produção científica das ciências particulares e empíricas do momento atual. Ou seja, o todo de um momento atual do conhecimento constitui-se de um grande número de descobertas particulares. Por isso, não podemos afirmar que há uma supremacia da totalidade do conhecimento sobre as descobertas particularidades e muito menos o contrário. O que seria mais racional afirmar é que uma pequena descoberta particular influenciará na reconstituição de uma nova totalidade do conhecimento, em uma fase histórica. Quer dizer, as descobertas particulares influenciarão no todo, assim como, o todo influenciará as descobertas particulares, ainda mais avançadas, se comparadas com os avanços realizados na etapa imediatamente anterior. Pois o todo e a parte do conhecimento sempre estão intimamente ligados, porque um influencia o outro num processo em construção permanente. Por isso, a produção do conhecimento é sempre dialética e jamais um processo metafísico.

A quinta dimensão refere-se ao conhecimento com origem na realidade e para ela se volta, no sentido de adaptá-la, da melhor forma possível, ao ser humano para que possa satisfazer as necessidades básicas e viver melhor. O conhecimento possui uma natureza

e finalidade sociais,<sup>4</sup> porque é sempre baseado numa dupla relação, simultânea e reversível entre esses dois aspectos. De um lado, o pesquisador tem de converter-se à realidade em que está inserido para elaborar o conhecimento que pretende produzir e, por outro, uma vez produzido o conhecimento, esse retorna como ação eficaz e eficiente para a sociedade a fim de superar determinados problemas que são objetos de ocupação do trabalho de um pesquisador comprometido com a transformação da realidade. Retirado esse caráter social, o conhecimento perde o contato com a realidade objetiva e social, transformando-se numa análise abstrata, que distancia o pesquisador e o conhecimento da realidade objetiva e social. Esse é o tipo de conhecimento com ausência do caráter social, serve de base para criar um pensamento humano linear que nada influencia na transformação do estado atual da sociedade e da realidade. Aliás, só contribui para a consolidação da consciência alienada. É um pensar que leva à crise do conhecimento, porque não tem reflexo no cotidiano e consegue, com isso, separar o sujeito do conhecimento da realidade objetiva e social onde é produzido. Se isso não bastasse, além de separar o sujeito do objeto, separa o sujeito empírico da realidade no mesmo processo de conhecimento que o produz.

A finalidade social do conhecimento é a sua aplicação no coletivo para melhorar as condições sociais e materiais de uma comunidade específica. Por isso, esse tipo de conhecimento está sempre resolvendo algum problema da sociedade, porque a carga de conhecimento produzida e em produção está vinculada e é comum a todos os indivíduos de uma mesma espécie, num dado momento de sua evolução. Assim como os problemas dos indivíduos estão interligados, porque um está relacionado ao outro, as soluções oriundas de um processo de conhecimento de natureza social, também, são consequências de uma relação coletiva que envolve vários indivíduos em cooperação para produzir o conhecimento, a fim de solucionar os problemas objetivos comuns, tanto da vida pessoal quanto da vida coletiva do ser humano. Por isso, alegar que os problemas das pessoas são individuais é um argumento fraco e equivocado, porque o mesmo problema sempre possui referência e vínculos com os outros e envolve, simultaneamente, outros indivíduos. Portanto, a realidade objetiva de onde se origina o conhecimento é diversa, assim como o conhecimento aplicado sobre ela para resolver os problemas coletivos da comunidade são diversos. É isso que confere o caráter social do conhecimento, isto é, sua natureza e aplicação servem para melhorar a vida dos indivíduos em sociedade. Essa é a tônica do conhecimento que possui um caráter social.

A vinculação do conhecimento à realidade objetiva, que melhora as condições sociais dos indivíduos que vivem em sociedade, suscita uma forma de pensar coletiva, que gera um pensamento social capaz de levar o homem a melhorar o nível de consciência que possui, expandindo o pensar além da reflexão meramente subjetiva e isolado uns dos outros e da própria realidade, no sentido de melhorar as condições de vida objetiva para todos, porque o ser humano melhora sua capacidade de compreender o mundo para realizar avanços significativos no seu agir e interagir.

---

<sup>4</sup> Para aprofundar este aspecto do conhecimento ler o texto que trata da necessidade de produção da ciência própria e a apropriada para alavancar o conhecimento, enquanto fundamento da ideologia para o desenvolvimento nacional. Esse texto, ainda inédito, encontra-se com o autor dessa abordagem pelo contato [faveri@unidavi.edu.br](mailto:faveri@unidavi.edu.br).



A sexta dimensão é decorrente das anteriores, no sentido de que o conhecimento se torna cada vez mais crítico, na medida em que resulta da unidade entre teoria e prática. Ou seja, todos nós temos teorias que, ao vivenciá-las na realidade objetiva, imprimimos um ritmo de ação de acordo com as ideias que possuímos naquele momento e nas atuais condições. Isso faz avançar, tanto as ideias quanto as ações, num processo dialético de forma simultânea entre as teorias e as práticas que realizamos. O resultado dessa relação é o aumento do potencial de pensar o que somos e fazemos. Por isso, surge o caráter crítico da consciência, porque não está conformada e estabilizada nos extremos da teoria ou de uma prática. Esses extremos não fazem avançar qualitativamente o nível da consciência. O máximo que consegue realizar é uma mecânica forma de reproduzir ideias com a estagnação da possibilidade de evoluir no pensamento e nas ações. Essa perspectiva gera a crise social do conhecimento, isto é, não consegue forçar a sua evolução pelo processo prático de viver o que se pensa. Ao estabilizar o pensamento, estabiliza-se o agir e o interagir do ser humano, produzindo a inércia no cérebro, nas ações e relações que realizamos no conjunto da sociedade<sup>5</sup>. O uso equivocado das novas tecnologias, pelas novas gerações, contribui para agravar essa inércia no pensar que eleva a possibilidade da inércia no campo social, emperrando a possibilidade de evoluir porque não há mais sujeitos preocupados em elaborar novas ideias para serem aplicadas no mundo objetivo em que se desenvolve a existência. Por isso, a junção da teoria e da prática, num mesmo processo de viver, desenvolve o pensamento e melhora as condições de vida material e do pensamento, tanto nos indivíduos quanto nas condições sociais em que esse vive.

A sétima dimensão reside no fato de que o conhecimento só consegue impulsionar a inovação, tanto na vida quanto na produção material da existência, quando somos capazes de conceber as ideias com um duplo caráter: bem de produção e bem de consumo. Entretanto, a concepção de ideia que adotaremos nesta análise é a de “bem de produção”.

Antes de mais nada torna-se necessário salientar que uma ideia é a capacidade que o ser humano possui de representar a realidade no pensamento. E, quando essa realidade se transforma em ideia, passa a criar, potência de vontade de colocá-la em funcionamento. Toda a vez que esse fato acontece, estamos diante do processo de inovação do pensar e do agir humano, porque um vai, simultaneamente, aperfeiçoando o outro num processo sem fim. Essa é a qualidade inovadora das ideias, isto é, uma capacidade sucessiva e evolutiva de representar, no pensamento, os fatos e realidades que se originam da ideia e volta para a realidade na forma de ação; isso determina o dinamismo do pensar crítico, vinculado à realidade objetiva. A ideia, colocada em ação, imprime uma dinâmica que gera uma nova ideia, transformando-se num processo de mudança no pensamento e na qualidade da ação cada vez mais perfeita em níveis superiores. Essa nova ideia conserva

---

<sup>5</sup> Chamo atenção que as redes sociais juntamente com o uso equivocado dos artefatos tecnologicamente avançados, prestam um “des-serviço” na formação da habilidade de pensar, tanto no sujeito quanto na coletividade em que o indivíduo está inserido. O que se percebe é a formação desqualificada de novas gerações para desenvolver o próprio pensamento como prática de pensar o mundo em que vivemos para melhorá-lo e, com isso, melhorar qualitativamente a vida do indivíduo. Ou seja, a velocidade com que as informações chegam até nós, é igual ao seu esquecimento. Não há uma salutar preocupação de processar a informação, como base e fundamento para criar uma forma própria e apropriada de pensar, cuja a finalidade é melhorar a compreensão do que somos e o que fazemos para influenciar positivamente, no melhoramento da sociedade a que pertencemos ou mesmo ao mundo em que os homens vivem.

parte da anterior e acrescenta-lhe alguma dimensão nova, oriunda da ação, quando colocada em prática. Essa ação, representada novamente no pensamento, gera um processo de cognição novo, gerador de uma nova ideia, que, posta em prática, gera ações e situações novas. Quando esse processo avança ao mesmo tempo na ação e na representação no pensamento, estamos realizando a inovação tanto no plano das ideias, quanto nas ações. Pois essa não pode ser concebida fora do pensamento, mas sempre inerente a ele e do esforço de colocar a ideia em ação, no sentido de fazê-la funcionar. Um conhecimento gera nessa perspectiva, além de possuir o caráter crítico, possui um caráter inovador, tanto no pensar quanto no agir humano individual e coletivo.

O conhecimento oriundo da ideia como um bem de produção realiza-se quando o conjunto de ideias geradora do conhecimento consegue atingir a finalidade social a que se destina. Ou seja, o conhecimento que resolve os problemas e produz a solução que a sociedade necessita para que os indivíduos possam viver com maior qualidade de vida, sob todos os aspectos e dimensões. Torna-se, então, um conhecimento de caráter prático e de abrangência social, porque beneficia uma comunidade inteira. Vemos que, embutido nesse papel social do conhecimento, encontramos sua dimensão ética. Isto é, a responsabilidade de quem produz o conhecimento para torná-lo útil à sociedade é o valor social ético da produção de um determinado conhecimento. Isso quer dizer: o conhecimento é útil e se ajusta a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos em sociedade. Por isso, o conhecimento que assume essa dimensão ética, por ser produtor de soluções aos problemas sociais, transforma a sociedade das condições desiguais e injustas para uma sociedade mais justa e igualitária com condições de vida mais humanas. Aí está inserido o valor ético do conhecimento que está vinculado à realidade objetiva em que o indivíduo está imerso e na sociedade em que realiza, coletivamente, suas pulsões de sobrevivência. É necessário, também, além dessa condição ética do conhecimento, por ser um bem de produção, pelo fato de gerar solução aos problemas sociais, propiciar que a maioria da população possa ter acesso a esse conhecimento, para que o mesmo possa, de maneira igualitária na sociedade, beneficiar a grande maioria de indivíduos com as criações científicas que geram os novos conhecimentos, tão necessários para melhorar qualidade de vida individual e coletiva. Por isso, o conhecimento é instrumental e não é uso privado de alguns indivíduos empoderados financeiramente.

Agora, o conhecimento, como um bem de consumo é privilégio, e não uma forma de saber à disposição da sociedade. Passa a ser um bem de consumo, porque apenas uma pequena minoria tem acesso aos conhecimentos avançados, por parte da população que tem mais conforto e condições de vida melhores. Com isso, produz as desigualdades e as injustiças no acesso e na distribuição dos conhecimentos criados. Essa situação alcança o nível de desumanidade, porque enquanto alguns poucos têm acesso ao conhecimento avançado, outros apenas conseguem obter os conhecimentos mínimos para resolver os problemas do contexto de miséria em que vivem e buscam sua sobrevivência, quiçá em que condições. Ou seja, a maioria que não acessa o conhecimento avança é condenado a viver nas condições de vida desumanas. Poderíamos, aqui, fazer uma análise mais avançada, abordando a sociologia do conhecimento, no sentido de pensar como está sendo distribuída a produção do conhecimento avançado. A distribuição do conhecimento que se produz hoje é injusta, porque esse é sempre, na origem e na finalidade, social para consolidar desigualdades de acesso a ele e os resultados que produz. Porque é produto

da espécie com o fim de produzir soluções à sociedade em geral e não para servir à uma minoria de indivíduos endinheirados. Se assim não o for, perde sua nobre finalidade que é ser instrumento de melhoria das condições de vida para todos ou para a maioria que vive em sociedade. O que não podemos imaginar ou pensar é que o conhecimento é mercadoria de acesso para quem possui a maior parte dos recursos financeiros. Sabemos que produzir conhecimento é produto caro e raro, mas nem por isso deve atender a uma finalidade desumana no seu acesso e distribuição desigual do mesmo entre as pessoas. Restringir o acesso ao conhecimento é o mesmo que restringir a condição humana de vida da maioria que vive em sociedade. Esse é o caráter e o sentido do conhecimento, enquanto um bem de consumo na atual sociedade em que vivemos e que promove a desumanização do ser humano. O conhecimento, assim concebido, não possui a dimensão ética, porque não é disponibilizado como instrumento para resolver os problemas sociais da maioria dos indivíduos, no sentido de melhorar as condições de vida material e cultural de uma sociedade específica.

O que tentamos abordar, até então, é que a questão do conhecimento deve ser concebido como um instrumento para os indivíduos e a sociedade a pensar e usufruir desse, enquanto bem de pensamento para que todos possam ter condições de acesso ao conhecimento, visando melhorar a vida e a própria espécie humana, cuja finalidade é elevar a capacidade de pensar da humanidade e levar adiante a produção do conhecimento para resolver os problemas da coletividade. Isto é, longe de estar a serviço da melhoria para uma pequena parcela da sociedade. É nessa desigualdade no acesso ao conhecimento que assume um caráter e um papel social antiético e desumanizador do ser humano, que atinge o caráter de imoral, tanto na individualidade quanto na coletividade.

Somente um tipo de conhecimento, assim dimensionado anteriormente, pode desenvolver o pensar crítico. Dessa forma, a produção de conhecimentos avançados não pode parar de evoluir pelas razões óbvias e que, nessa busca de resolver os problemas para a maioria da sociedade, não se restrinja a resolução dos problemas para as minorias que vivem na mesma sociedade. A crise do conhecimento gera a desumanização, que é a crise humanitária na humanidade ou gera a crise humana de uma sociedade específica. Reafirmo que somente o conhecimento acessado e disponibilizado para a ampla maioria produz soluções e resultados positivos para fazer a espécie humana avançar em qualidade da vida humana e melhorar, simultaneamente, a vida dos indivíduos que nela vivem e convivem.

## 2.2 O VÍNCULO ENTRE A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A ORIGEM DA CONSCIÊNCIA NACIONAL ALIENADA

A crise social do conhecimento tem origem em sua distribuição desigual, gerando a alienação social. As pessoas encontram, por conta disso, dificuldade de acesso aos produtos e serviços para melhorar dinamicamente a qualidade da sua vida, tanto do ponto de vista material, quanto sociocultural. A consequência mais grave disso é que, pela falta de conhecimento, essa maioria não consegue compreender a origem desse estágio de coisas e as condições desiguais de acesso a tudo o que necessita para manter-se viva com dignidade.

Uma sociedade inteira está alienada porque há diversas formas de conhecer e de pensar que não chegam ao alcance da grande maioria. As massas não conseguem entender que o conhecimento produzido é, em grande parte, financiado pelo trabalho fatigante da maioria pobre que vive na atual sociedade e, cujo resultado desse, não conseguem usufruir dos bens e serviços que produzem. A mesma sociedade é incapaz de distribuir esse conhecimento para que a população compreenda quem decide os rumos da sociedade e sobre a distribuição desigual do conhecimento no corpo da sociedade. Por isso, quem usufrui dos conhecimentos avançados produzidos pelas ciências empíricas são sempre aqueles que estão por cima na sociedade, isto é, os ricos. Essa parcela minoritária de ricos que conquistaram esse status pela exploração do trabalho miserável, vendido pelas massas a preço de banana na busca da sua sobrevivência, tornou-se poderosa, e, também, possui maior acesso ao conhecimento para dominar cada vez mais os que estão sob seu domínio. Por isso, a questão da abordagem do conhecimento está vinculada à questão sociológica, porque, de alguma forma, o modo como a sociedade se organiza para produzir os bens materiais, distribui os bens de pensamento, entre eles o conhecimento que se produz. Hoje não se pode desvincular o debate sobre a distribuição social do conhecimento na sociedade e do papel importante da universidade para produzir o conhecimento objetivando realizar o avanço qualitativo das condições materiais de vida individual e da espécie humana. O conhecimento é um bem produzido pelo homem para melhorar as condições pessoais e sociais da vida do ser humano. O acesso ao conhecimento não pode ser considerado um privilégio de uma classe social, porque sua origem é social e a aplicação do mesmo possui um papel, também social, no sentido de melhorar a qualidade de vida da maioria da população.

A crise do conhecimento é social porque progressivamente, as novas gerações conhecem menos e pensam menos. Em decorrência disso, não compreendem a realidade, as suas condições e necessidades materiais para viver melhor. O uso indiscriminado e inadequado da tecnologia gera um mundo inadequado para viver, humanamente, com dignidade. Isto é, leva as novas gerações a uma ignorância absoluta acerca da apropriação do conhecimento como forma de construção de um pensar o que somos e fazemos. O uso da tecnologia, por gerações que não fazem o mínimo de esforço para criar ideias novas no pensamento, gera a inércia no desenvolvimento do pensar e da possibilidade de compreender o mundo que está a sua volta. Falta formação do pensamento por uma educação que reintegre as novas gerações para construir o próprio pensamento, a fim de construir o destino do homem e do mundo de forma equilibrada e humanizada. Por isso, a crise social do conhecimento está ligada ao modo como usamos os artefatos tecnológicos, redes sociais, entre outros, que matam a vontade de dialogar e pensar, como forma humana de interagir, nos grupos sociais aos quais pertencemos, bem como na sociedade em geral.

A lógica da crise social do conhecimento é muito simples. A falta da prática de pensar não gera ideias das quais originam-se o conhecimento como processo de investigação científica. Por isso, o conhecimento parando de evoluir, estaciona a qualidade dos produtos e nos bens de pensamentos que promovem a qualidade de vida material e “espiritual” nos indivíduos e nas atuais sociedades. Isso é muito grave, porque compromete não só o momento presente dessas gerações, mas talvez comprometa o futuro

das novas gerações por serem incapazes de fazer avançar em quantidade e qualidade na produção material da existência e, coetaneamente, na produção dos bens de pensamento, entre eles a cultura e o conhecimento, que certamente comprometerá a possibilidade de melhorar as condições de vida para todos num futuro próximo. Parando o pensamento, cessa a evolução e o aperfeiçoamento da espécie humana. O mais grave de tudo isso é que, mediante o uso inadequado da tecnologia, produz-se uma inércia generalizada na possibilidade de pensar e de agir. Talvez algumas pessoas terão o privilégio de desenvolver o pensamento, por isso, a dominação seja reeditada com maior teor de desumanidade entre a espécie humana, porque poucas pessoas possuirão o poder de pensar e, facilmente serão induzidas, submissamente, ao agir coletivo, definidos pela minoria que pensa. Dessa forma, está posta a condição, num futuro próximo, a imposição da filosofia de barbárie, que entra na paranoia da destruição da vida humana em larga escala social.

Assim sendo, a crise do conhecimento gera a crise na consciência coletiva e crítica, porque o pensar é restrito apenas a algumas pessoas privilegiadas. Refiro-me à desigualdade na distribuição do conhecimento. Ou seja, o conhecimento centralizado nas mãos de poucos, pode se transformar numa poderosa arma de destruição do mundo e da essência humana. O que prevalece, nessa condição, é a disseminação indiscriminada da consciência ingênua, isto é, alienada. Porque o que prevalece é o poder nas mãos de poucos com capacidade máxima de destruição de si e do mundo. Essa consciência ingênua nos leva a assumir posturas de seres gregários, que apenas seguem a teoria da manada, por comandos alheios ao seu pensar e do seu agir. Não seremos mais sujeitos de vontades, emoções e capacidade de realizar, na prática, o que desejamos e pensamos, mas apenas seremos dirigidos como robôs incapazes de atribuir finalidade às ações e relações que construiremos. Conseqüentemente, a desumanização, que é a perda humana do sentido da vida e dos atos que realizamos, toma conta da existência e nos conduz para a tragédia de perder a própria identidade pessoal e racional de quem somos e para aonde vamos. A questão que se deixa para pensar: Esse é o melhor caminho para o indivíduo e para espécie humana? O que a universidade está fazendo diante dessa situação anunciada, uma vez que ela é responsável pela formação das novas gerações dos futuros profissionais que atuarão no mercado? Somente a formação técnica do profissional resolve a crise do conhecimento, da universidade e da sociedade? A informação que chega até nós, pela tecnologia avançada e complexa, é processada no pensamento ou simplesmente cai no esquecimento?

Alguns indícios dessa cruel realidade universitária já são percebidos em meio à crise social do conhecimento, em diversos setores da sociedade e nas diferentes dimensões da vida: Na universidade, o conhecimento difundido é uma política de verdade consumível de disciplinas, prioritariamente, de formação técnica com exclusão e maltrato das disciplinas de ciências humanas: filosofia, sociologia, antropologia etc. O que se vê são docentes que, por não terem o que fazer na sociedade, vem fazê-lo na universidade, inclusive dar aulas na área das ciências humanas. Ou seja, a consequência que essa situação produz é a transmissão de um conteúdo pela leitura de slides e exposição do conhecimento na forma de *self*, onde a abordagem das temáticas em sala de aula não oferece a possibilidade de construir uma visão de totalidade e, por isso, não se cria uma

visão crítica da realidade. O que o acadêmico consegue, através do que estuda, é realizar repetições fragmentadas e mal elaboradas pela inadequada forma de transmitir os conceitos, as teorias e as ideias que já existem. Portanto não se produz, na classe estudantil, uma visão de totalidade do que se ensina e aprende, mas, apenas transmite-se conceitos e teorias desvinculados da realidade e de forma fragmentada, que impossibilita o aluno a ter uma visão global e profunda da realidade e de si mesmo, através do conhecimento que se apropria na universidade.

Nessas condições, onde fica a formação do pensamento do cidadão? São raros os professores que conseguem falar uma aula, ou seja, quem pensa, sabe falar e, quem sabe falar é capaz de pensar. Do contrário, o que se consegue fazer é ler e comentar slides projetados na tela. A formação do cidadão é literalmente atirada no lixo pois o conhecimento que recebe não lhe proporciona a habilidade de pensar, não reúne condições de orientar o aluno para a vida. Isso ocorre porque o conhecimento transmitido tem origem fora da realidade objetiva em que os alunos estão imersos. Nas escolas, o ensino está fundado em atitudes de copiar e colar, práticas usadas pelo uso equivocado da tecnologia avançada, sobre uma teoria do passado composta dos procedimentos baseado no estímulo e resposta para condicionar o pensar e o agir. O resultado é o adestramento pela repetição mecânica das ideias e do conhecimento desvinculados da realidade objetiva. O ensinar se reduz à transmissão linear e mecânica do conhecimento estimulado pela política governamental para resolver apenas os problemas paliativos da educação atual, satisfazendo interesses da iniciativa privada dos empresários, ansiosos para aplicar a teoria da manada na gestão do trabalho humano e da produção predadora que apenas se preocupa em gerar lucros. Ou seja, não existe a preocupação com o fim de priorizar a formação do pensamento no aluno pelas práticas pedagógicas escolares. O governo é o primeiro a promover o desmonte do ensino para o pensar, porque a formação técnica vem sempre antes da formação do pensamento e da formação política do cidadão. Com isso, valoriza-se a ideia da teoria da manada para produzir apenas seguidores sem consciência de para onde são conduzidos, para viver ou fazer morrer. Dessa forma, não se trabalha para viver, mas se trabalha para morrer, no sentido de que o resultado do seu trabalho limita o acesso às coisas materiais para a maioria da sociedade manter-se viva, com o mínimo de dignidade. Ou ainda, para produzir o fenômeno do imobilismo social generalizado na sociedade brasileira, sem o mínimo de conhecimento sobre para onde os governantes estão conduzindo as massas, através de implementação de políticas de governo perversas e de efeitos devastadores para a qualidade de vida da população.

Com a ausência de conhecimento, mas com uma tecnologia avançada e acessível às massas, surge o fenômeno do direcionamento da consciência e do comportamento coletivo condicionado, porque a informação é apenas repassada e não processada. Ou seja, praticamente estamos vivendo a era das mentiras universais e que, processá-las pela desmascaração e desvelamento, pode se tornar um ato revolucionário. Por isso, todos estão intimidados pela postura *neo-nazifacista* postas em prática pelo atual governo para produzir medo individual, ódio generalizado e imobilismo social. Essa é a realidade do Brasil de hoje

Nessa mesma linha de raciocínio, difundem-se apenas interpretações subjetivas, que conduzem a tomar decisões e reação ações e relações de gestão assentadas na filosofia

da barbárie no momento de implementar políticas para estimular o desenvolvimento nacional para todos. Os fatos e os acontecimentos são ignorados porque, no discurso, produz-se o convencimento e não se estimula o ato de pensar a realidade objetiva. Por isso, não se produz a consciência sobre si, sobre o mundo e sobre as relações sociais entre os indivíduos no mundo em que estes estão inseridos. Apenas basta crer ingenuamente nos discursos produzidos por falsos líderes e naqueles que possuem um comando de competência política suspeita para conduzir os destinos do país. Enfim, sem conhecimento, somos uma massa uniforme sem consciência, uma espécie de rebanho de ovelhas seduzidas por comandos do pastor, sem questionar as finalidades que dirige cada um e a todos para viver ou morrer, pois no rebanho apenas existe um comportamento que segue os comandos de uma consciência fanática e sectária, cujo objetivo é desumanizar o ser humano e o ser da nação a que pertence.

Finalmente, qual a contribuição da universidade para formar a consciência alienada? A crise do conhecimento é apenas social ou já entrou nas instituições de ensino superior do *lato* e do *strito sensu*? Enfim, mediante a crise do conhecimento, o que está em questão na atual universidade?

### 2.3 A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A URGENTE REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Sem dúvida, torna-se imprescindível e urgente realizar uma revisão crítica do papel social da universidade no atual contexto, no sentido de reformá-la para que alcance o papel de protagonista na construção ideológica das mudanças sociais mais profundas, criando um ambiente mais humanizado, onde a maioria dos indivíduos, possam viver em melhores condições e, dessa forma, possam se sentir bem porque, o Estado promove o bem-estar na sociedade. Enfim, a universidade possui o compromisso social e ético com o contexto e a comunidade em que está inserida. Jamais deve estar a serviço da promoção e degradação da essência humana; mas sim, fortalecer laços e lastros no contexto coletivo para que o homem tenha condições de viver com o mínimo de dignidade, no presente e no futuro. A universidade jamais, deverá ter a função de promover a desumanização do ser humano e da sociedade para instalar o mal-estar na atual e futuras gerações, através da promoção das desigualdades e consolidação das injustiças em larga escala social e de toda a ordem. Por isso, é urgente reformar a universidade e realizar uma revisão crítica do seu papel na sociedade, bem como quebrar a atual lógica de produção da ideologia dominante, que defende as desigualdades socioeconômicas e os privilégios de alguns sobre muitos. Enfim, a universidade tem de se colocar na vanguarda de interromper a maleficência da produção da ideologia dominante. Ou seja, questionar e debater, com profundidade, o discurso pregado por alguns governantes, que apenas defendem a política de que a maioria tem de trabalhar na condição de escravocrata para as minorias. Essa é uma filosofia de governo que segue a perspectiva dos princípios da ignorância e da xenofobia, pela falta de conhecimento na tomada de decisões com base ao fanatismo e ao espontaneísmo, base de um movimento neo-nazifacista reeditado com requintes tecnológicos de crueldade e imoralidade, para desumanizar o indivíduo e a nação.

A análise em torno da necessidade de reformar a universidade brasileira, que vamos abordar, é urgente para que possamos contribuir para a produção da ideologia do desenvolvimento nacional para todos. Isso significa construir uma ideologia contrária à dominante, para criar, nas massas, um pensamento crítico, a fim de compreender a realidade objetiva em que essas estão imersas. Dessa forma, a nação consegue autoperceber o atual modelo de universidade a favor da classe dominante e será capaz de comprometer-se para implantar e implementar um sistema universitário nacional capaz de alavancar e propulsionar o desenvolvimento crítico da consciência coletiva para que seja capaz de elaborar uma contra ideologia. Nessa perspectiva, as massas serão capazes de enfrentar o atual sistema universitário, que consolida os interesses da classe dominante e, em seu lugar, criar uma cultura emancipatória/libertadora das massas, imersas e envolvidas por uma ideologia alheia aos seus interesses, gerando, na maioria, o imobilismo social que presenciamos atualmente. A produção de uma ideologia do desenvolvimento para todos é um grande desafio com o objetivo de superar o estágio de desumanidade em que se encontra a atual sociedade. Nessa perspectiva, a difusão de uma contra ideologia, construída por uma universidade comprometida com a libertação das massas, cria, nelas, um pensamento crítico que gera o comprometimento coletivo dos indivíduos em favor de uma nova universidade, com objetivo de contribuir para resolver os problemas socioeconômicos da grande maioria. Esse é o papel social da universidade, comprometida com o desenvolvimento nacionalista e solucionando os problemas que desumanizam a grande maioria da atual sociedade, por não terem acesso aos bens materiais necessários para manter-se viva com dignidade e, muito menos, possui o acesso aos bens de pensamento para produzir a consciência crítica do que somos e fazemos, no sentido de superar as condições de vida desumanizantes.

Nessa direção da análise, vamos abordar alguns princípios fundamentais para realizar uma reforma universitária prudente que proporcione, à sociedade, uma vida social decente. A universidade, com essa preocupação, coloca-se a favor da transformação do seu atual modelo que consolida a contradição entre os ricos, que têm a possibilidade maior de acesso ao conhecimento, objetivando preservar seus interesses diversos e aos pobres, excluídos de forma crescente do acesso ao conhecimento necessário para consolidar as transformações ideológicas e sociológicas que a sociedade precisa realizar, na perspectiva de superar a desigualdade de distribuição social do conhecimento e da renda *per capita*.

A Universidade está numa crise pelo falso aforisma de ser o templo da produção e difusão do conhecimento crítico. O que se ensina na universidade não se vive na vida, e o que se vive na vida não é ensinado na universidade. Fazer um curso de graduação ou mesmo de pós-graduação equivale ao procedimento de ir ao mercado e comprar um produto ou um bem material de consumo. Apenas com uma diferença: no mercado você compra à vista e na universidade você adquire um diploma em suaves prestações. O suposto conhecimento está sempre longe das dimensões já expostas. Serve apenas para consolidar a conjuntura desigual e injusta que se tem na atual sociedade. Se a universidade está em crise, qual reforma deve ser encaminhada?

b) O ponto de partida para iniciar o processo de reforma da universidade é de fora para dentro, e não de dentro para fora. Isso corresponde à prática mais comum entre as universidades, porque a competência dos atuais gestores, ao conduzir as mudanças, é



sempre marcada pela postura “de dentro para fora”, colocando sob suspeita a sua autonomia e forma de condução de tais processos de transformação da universidade. Quem deve dizer que tipo de universidade o país necessita é a maioria da sociedade, porque é ela que sofre com os mecanismos socioeconômicos da brutal dominação e exploração que lhe é imposta. Ora, essa iniciativa quebra a lógica burocrática dominante no interior da universidade, porque o conhecimento a ser difundido certamente seria outro, visto que o conhecimento que hoje se veicula na universidade é viciado e influenciado pelo modelo de sociedade espúrio e elitista que temos. As ideias da reforma, tendo origem social, servem de base para formular a cultura de mudança e reformular setores da universidade, com o objetivo de se aproximar da comunidade e do contexto em que está imersa. É a mesma situação da origem e da finalidade do conhecimento abordada anteriormente. A origem da universidade reside na sociedade em que está inserida para que o desenvolvimento das atividades que lhe são inerentes (pesquisa, ensino e extensão) se voltem a favor da comunidade em que a mesma está inserida e, não o que presenciamos atualmente. Hoje, percebemos que o setor produtivo e a população pobre possuem uma clara aversão pela atuação que a universidade faz na sociedade a que pertence, pelo fato de consolidar os privilégios e desigualdades da sociedade.

c) a reforma tem de ser tratada na sua essência e não em seus aspectos superestruturais da instituição, entre outros: reforma do pedagógico, distribuição da ciência a serviço da alienação cultural do país, cerimonial didático, reprodução da ideologia das classes dominantes. Por isso, a reforma da universidade

[...] não é tarefa de natureza jurídica, institucional. E muito menos pedagógica, e sim consiste na transformação da sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade brasileira em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. [...] a reforma da universidade do país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo das pressões imperialistas *internas e externas* que o entravam, e criar, com plena liberdade, a sua cultura própria, *a própria ciência* não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas visa antes de tudo a uma finalidade política *social*. (PINTO, 1994, p. 15, grifos nossos).

O problema da reforma da universidade deve ser tomado à luz da história e da realidade nacional. Isso não significa exigir que os docentes se formem na realidade europeia, distante da realidade brasileira, como se costuma fazer; mas, buscar para nós, diante da nossa realidade definir o que significa universidade para um Brasil subdesenvolvido e comprometido em superar esse estágio, para um país desenvolvido. Ou seja: superar a falsa crença de que a universidade possa se tornar uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico. Assim sendo, o problema da reforma é político, no sentido de romper com a produção da ideologia de dominação onde uma pequena classe se sobrepõe à maioria na sociedade, através do discurso quando defende trabalho social desumano que a universidade hoje presta na comunidade em que está inserida. Enfim, quando decidido o destino político da universidade, cabe a ela conduzir o país para participar do projeto de transformação social de libertação da conjuntura imperialista, interna e externa, que determina a universidade ser o que é, para se transformar no fundamento e instrumento de produção da ideologia que venha libertar a nação oprimida e promova o desenvolvimento da nação por inteira, com o fim de contribuir para humanizar o máximo possível os indivíduos que nela vivem.

d) Uma das questões da reforma universitária não será com os alunos que lá estão, mas com os alunos que não estão nela e que não puderam ingressar. Ao analisar essa questão, chegaremos a conclusão de que temos que elitizar menos e popularizar mais o acesso à universidade, num país em que a cultura dominante é a cultura dos ricos que manipulam, de todas as formas e estratégias, a cultura das massas, para mantê-los sob o jugo dos grilhões dessa classe opressora: os ricos. Por isso, o compromisso legítimo da universidade é democratizar o acesso dos estudantes oriundos da classe popular, assim criar-se-á condições objetivas de elaborar a contra ideologia, hoje imposta pela classe dominante à universidade com o fim de consolidar os seus interesses.

e) Outra questão importante para a reforma universitária brasileira consiste em compreender e transformar as relações que existem entre universidade e a realidade do país e da comunidade em que está inserida. A primeira relação a ser rompida é que, no atual contexto, a universidade é um instrumento de dominação do capital interno e externo para manter a estrutura política vigente para continuar e promover a opressão e submissão da maioria da população; ou seja, manter a classe dos pobres, sob os interesses diversos dos ricos. Isso significa romper com a estrutura política vigente de opressão interna, que produz o imobilismo social dos estudantes na sociedade em que vivem e a submissão externa, romper com a internacionalização dos potenciais de riqueza nacional, vendidas para as empresas estrangeiras com generosos descontos e sem o valor real de mercado. Com isso, a universidade assume o grave delito contra os interesses da nação, pelo processo de instrumentalização do povo para mantê-lo escravizado, abandonado ao trabalho indignamente remunerado e em condições socioeconômicas indigente para a maioria da sociedade. A segunda relação a ser superada é o papel alienante que a universidade desempenha frente ao debate sobre o real estado de dominação da totalidade do país. Isto é, à universidade cabe converter-se ao debate sobre a realidade nacional, enquanto desenvolve suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Esse debate sobre a realidade nacional na universidade visa a tomada de consciência da classe estudantil sobre a condição desumana em que se encontra as massas oprimidas. Essas duas relações a serem superadas vem ao encontro de um debate para combater, em todos os recintos da universidade, o discurso alienante que vigora nela até o presente. Isso só será possível no momento em que, na universidade, ao debater sobre o papel alienante que ela exerce, possa ser criada uma autêntica cultura nacional, cujas ideias predominantes tenham origem na realidade nacional e nas políticas públicas por ela elaboradas e que se voltem como fator positivo de superação dos problemas nacionais. Que se busque, na realidade nacional, a fonte de ideias e a inspiração para implementar um projeto de desenvolvimento para todos. Isto é, um debate promovido pela universidade, olhando para si como instituição e como nação, a fim de construir uma autêntica ideologia do desenvolvimento nacional, em vez de repetir contraditoriamente as ideias nos livros estrangeiros para a criação da cultura nacional dominante, consolidando a alienação e exploração da maioria Assim supera-se o colonialismo intelectual do Brasil pela imposição da ciência metropolitana aos países subdesenvolvidos, como é a situação real do nosso país. Por isso, é importante criar a própria e apropriada ciência para implantar um projeto de desenvolvimento nacional para todos. Nessas condições, a universidade inspira-se na realidade como a base e a fonte do debate e a criação de ideias para orientar a transformação da sociedade, que produz a desumanização do indivíduo e da classe a que pertence. Enfim, isso é superar o atual papel opressor da universidade que está descaradamente favorecendo a ideologia hegemonicamente dominante.

f) A universidade, preocupada com o desenvolvimento do país, tem de estar em sintonia com a realidade nacional e regional quando promove os debates através do ensino, pesquisa e extensão. Portanto, o desafio da universidade é criar uma cultura nacional no sentido de pensar o contexto e os problemas da realidade nacional ou regional em que está inserida. Afirma Vieira Pinto (Idem, p. 42),

Sem dúvida nosso pensamento não coincide exatamente com o dos magnatas universitários, da imprensa que os apoia, dos benfeitores que os estipendiam. Todas estas respeitáveis personalidades acreditam que a universidade é um templo sagrado, onde uma corporação de sacerdotes do saber pontifica sobre todos os assuntos, na plena posse da verdade. [...]. Os cursos das faculdades são praticamente o desenrolar de uma liturgia, um serviço divino, que os professores oficiam perante um público passivo, escassamente atento, interessado em cumprir simplesmente o ato de presença. O mestre pontifica como sacerdote que profere a verdade aos ouvintes ignorantes. Tudo conspira para dar à universidade esse caráter de “templo” e os aspectos místicos que lhe são associados, as honrarias, as cerimônias litúrgicas de formatura, etc. ; mas tudo isso contribui para afastar dela a verdadeira cultura e para tornar cada vez mais impermeáveis os seus recintos as ideias renovadoras, as que realmente teriam ressonância no espírito do povo.

No atual momento e contexto, com as políticas do governo Bolsonaro para o ensino superior, a cultura que a universidade produz contribui, equivocadamente, em larga escala, para difundir a cultura alienada de origem externa, metropolitana e sobretudo aquela originada nas grandes metrópoles. Ou mesmo para construir uma cultura neutra para reprimir a ascensão das massas e impedir o surgimento da autopercepção de si e da realidade desumana em que o povo está inserido. Enfim, o domínio da cultura alienada/opressora/imperialista é ainda de tal forma extensa, onipotente e onipresente, que quase nenhum eco da cultura libertadora atravessa as paredes das universidades. Enfim, o desafio é inverter essa lógica da dominação ideológica interna da universidade como propagadora e consolidadora da ideologia dominante para resguardar privilégios e desigualdades a favor da classe dos ricos.

g) A universidade nacionalista está em luta constante com o imperialismo cultural imposto pelas universidades metropolitanas. Aqui, compete apenas destacar que a universidade comprometida com a compreensão da realidade nacional é aquela que busca “exprimir o universal concreto que é cada sociedade em particular, ou seja, precisa exprimir em juízos universais os interesses particulares dessa sociedade, nação ou classe” (Idem, p. 46). Por isso, a universidade nacionalista, que promove a cultura com base à realidade nacional e regional, é aquela que representa, no pensamento em forma de ideias, os problemas internos e externos da universidade que atravancam o desenvolvimento nacional e amortecem a tomada de consciência para engajar-se na luta com o fim de transformar o atual estado desumano em que se encontra a sociedade subdesenvolvida. Para cumprir com essa tarefa em relação à reforma da universidade, torna-se necessário destacar a importância da formação de qualidade dos pesquisadores e intelectuais que exercem a docência e a pesquisa no ensino superior. Quando se fala da qualidade, referimo-nos à capacidade de produção própria de ideias e conhecimentos vinculados a realidade objetiva, que o docente tem obrigação de construir no desempenho de suas atividades intelectuais, a partir do contexto e da realidade nacional e regional em que está inserido. Docente que só ensina, jamais ultrapassou a condição de aluno que apenas

aprendeu a repetir, sem nada criar de novo. Por isso, somente consolida a degradante situação atual do país. Esse talvez seja um dos grandes empecilhos para realizar a reforma da universidade, porque a classe docente, na sua maioria, não possui capacidade de produção científica própria. Apenas aprenderam a copiar e ensinam a copiar. Isto é, o conteúdo de ensino tem origem nos intelectuais representantes da classe dominante nacional e internacional. Este tipo de ensino convém, tão e somente, para consolidar os interesses ideológicos dos grupos dominantes dentro e fora da universidade para dar continuidade a atual conjuntura interna e externa da instituição de ensino superior de maneira sincronizada.

h) Para que de fato haja uma profunda reforma da universidade, no sentido de se tornar base para impulsionar o debate em torno do desenvolvimento nacional e regional, o desafio é pensar em torno dos aspectos da contradição entre classes institucionais<sup>6</sup>, no âmbito da universidade. Pois a mesma contradição social entre direita e esquerda, capital e trabalho, opressor e oprimido, nação desenvolvida e nação subdesenvolvida aparece no âmbito interno da universidade, nas relações entre classes institucionais de diferentes níveis e formas na conjuntura institucional.

Aqui não há tempo e espaço suficientes para analisar todas as contradições entre classes institucionais. Apenas abordaremos as três principais: a) A contradição entre professores e alunos é a mais profunda contradição de interesses que gera a luta mais podre e visível no âmbito pedagógico no ensino superior. Nessa relação contraditória, nascem todos os estereótipos para impedir que se forme uma ideologia e um pensamento comum, comprometida com a transformação da conjuntura institucional atual. Esse é o desafio a ser vencido, ou seja, a universidade tem de estar pronta e ciente de conduzir as mudanças urgentes e necessárias na contribuição para formação de uma sociedade mais humana e consciente. Em primeiro lugar, ser aluno nos cursos de graduação é um privilégio social descendente das camadas e das classes economicamente mais favorecidas. Essa origem de classe, de algum modo, amortece a disposição de construir um pensamento disposto a lutar por transformações mais amplas na sociedade. As gerações de alunos universitários estão vinculadas, em sua maioria, às classes dirigentes do país. Assim no futuro próximo, tornarão-se sócios dos privilégios da classe dominante. Uma pequena fração de alunos universitários, de origem social menos privilegiada, até forja a construção de um pensamento alternativo e procura lutar em defesa de transformações mais amplas na sociedade pela construção de uma contra ideologia dominante, para diminuir a tensão entre a classe dos ricos e a classe trabalhadora pobre. Entretanto, essa tensão tende a se harmonizar pelo discurso dominante dos docentes, que, na ampla maioria, defende, aberta e diretamente sob uma falsa democracia, a harmonização entre as classes como manutenção da contradição interna entre docentes e alunos que tem origem nas classes sociais antagônicas. Por isso, a reforma universitária tem de ser feita de fora para dentro, com a participação inclusive do contingente social excluído, que são as massas. Nada melhor do que elas para apontarem que tipo de universidade é necessária para o desenvolvimento nacional do país. Ou seja, esse é o

---

<sup>6</sup> Classes institucionais são os diversos segmentos de uma conjuntura institucional com funções diferentes e relações desiguais no desempenho das atividades que lhe são inerentes. Isso produz conflitos de interesses e geram relações de poder antagônicas intensas e divergentes.

desafio interno da universidade para iniciar todo seu processo de libertação cultural, enquanto representação dos interesses da classe social privilegiada e dominante no país. Enfim, cabe um esforço comum no interior da universidade para interromper a geração da ideologia dominante, veiculada na universidade. b) A outra contradição refere-se a classe professoral. Este é um ponto interessante que precisa ser esclarecido diante do desafio de reformar a universidade. Começamos pelo processo seletivo de recrutamento dos docentes, cujo critério usado na prática da escolha é o nível de harmonia entre o candidato e corpo docente, tanto no pensar e quanto no agir dentro da instituição, homogeneizando as formas de pensar. Os concursos e processos seletivos apenas servem para legitimar a escolha dos escolhidos pelo direcionamento dos editais e provas, tanto de conhecimento quanto de títulos. Com isso, elimina-se qualquer oportunidade de ingresso de docentes com um pensamento discordante dos mandatários sociais e dos docentes que representam os interesses das classes sociais privilegiadas e que atuam na universidade. O maior pretexto para eliminar essa contradição é a construção do discurso de que é ridícula qualquer discussão ideológica diferenciada da confraria que compõe o corpo administrativo e docente da universidade, bem como as forças de governo externo, identificado num só corpo ideológico da sociedade dominante que determina a sincronia interna da instituição de ensino superior. A justificativa é sempre a mesma, a universidade, é considerada como uma família e, portanto, entre irmãos não deve prevalecer a discórdia, porque pensar diferente é um defeito que destoa dos interesses da classe dominante que a universidade defende. Daí a proliferação do discurso da necessidade de banir a filosofia e sociologia, por ser considerada uma ideologia que destoa e destrói a falsa harmonia entre a universidade elitista e a sociedade com o mesmo caráter. O que se defende é a conciliação das ideias e nas formas diferentes de pensar, criando, subjacentemente, no corpo docente uma harmonia para que o discurso seja um só na universidade, com o intuito de preservar a ideologia da dominação e da exploração na sociedade. Enfim, é preciso evitar a qualquer custo a discórdia universal do conhecimento para consolidar a harmonia particular no desempenho das atividades de docência, cuja finalidade é manter a sociedade composta de classes sociais contraditórias para manter a contradição externa da universidade entre ricos e pobres. No contexto interno da própria universidade, afirma Vieira Pinto (Idem, p. 64),

A classe professoral possui real homogeneidade quando a analisamos nos seus comportamentos globais. Contudo, isso não significa inexistir no corpo docente, ao sabor das circunstâncias, certo agrupamento momentâneo de indivíduos, que desempenham o papel de “esquerda” em determinado problema ou em dada reunião da congregação ou dos conselhos técnicos e universitários. Ao lado desta “esquerda” eventual, relativa e variável, devemos contar um número extremamente reduzido de verdadeiros homens de esquerda, por convicções ideológicas, mas estes são tão poucos, que praticamente só há que contar com a “esquerda” ocasional, formada por elementos que, por esta ou aquela razão, tomam, no momento, atitudes contrárias às direções das faculdades e das reitorias, e desempenham na maior parte dos casos, papel progressista com essa simples resistência ou reclamação.

Por isso que a luta pela reforma não pode ser feita de dentro para fora, porque será sempre uma luta vã: a minoria que pensa diferente sempre será vencida na batalha ideológica e nas atividades práticas no interior da universidade pelas forças que, no seu interior, representam as mesmas forças dominantes na sociedade, fazendo com que a

contradição social de classe dominante dentro e fora da instituição permaneça intocável. Não havendo, dessa forma, nenhuma possibilidade de criar uma cultura libertadora dos vínculos da universidade com a sociedade regida pela força da dominação e da exploração. c) A contradição entre os alunos e o embate a ser realizado consiste em provocar a desagregação da estrutura alienada e dominadora do ponto de vista ideológico da universidade, a favor dos interesses de uma sociedade carregada de privilégios para uma minoria e, reserva-se para a maioria da sociedade, consolidar o atual papel e função da instituição de ensino superior, predadora de direitos e consolidadora dos excessos de deficiências materiais e culturais para manter a atual situação degradante do ensino, da pesquisa e da extensão. O antagonismo na classe estudantil reside no fato de que o estudante descomprometido com a reforma é sempre um estudante interessado em manter a sociedade como está. Pois é originário da classe dos mais favorecidos. Ou seja, manter a contradição maior da sociedade pela desigualdade de privilégios e interesse entre ricos e pobres. O estudante comprometido com a reforma é aquele que compreende que o estado em que se encontra a universidade é a base da sustentação e manutenção da contradição entre ricos e pobres. Esse estudante, objetivando a construção da visão de totalidade do contexto, empenha-se pelo fato de possuir uma consciência crítica da realidade social desigual e injusta, compromete-se na construção de uma contra ideologia dominante e compromete-se com o fim explícito de mudar este estado contraditório de coisas. Por isso, o aluno comprometido com a libertação da universidade, dos grilhões que mantêm o povo nas condições desumanas, na busca de sua sobrevivência para manter-se vivo, é sempre minoria e dificilmente logra sucesso na transformação do papel social da universidade elitista. O aluno com uma visão crítica percebe que o papel da universidade não é consolidar privilégios sociais, mas lutar para criar condições humanas para que todos possam manter-se vivos com dignidade e, com isso, buscar a humanização da maioria em sociedade pela democratização do acesso à universidade e apropriação do conhecimento a fim de comprometer-se nessa luta por mudanças dos rumos da atual universidade. Por isso, procura construir, na universidade e no meio da classe estudantil, uma análise e um discurso libertador. Essa contradição só será superada quando a classe estudantil perceber que existe a possibilidade de se constituir uma sociedade mais igualitária com menos privilégios para alguns, guiados por uma consciência socialmente crítica e justa para todos. Somente com essa condição será possível encabeçar uma luta por uma universidade diferente dessa que temos hoje, para que, no amanhã, cumpra seu papel de influência na construção de uma contra ideologia dominante para criar na sociedade uma consciência para que todos tenham dignidade nos processos de busca da sobrevivência material.

Portanto, a essência da reforma da universidade para contribuir na humanização da sociedade, que pretenda oferecer condições mais humanas para a maioria consiste em:

Impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem, na universidade, sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais. De fato, são estes que tem por tarefa principal fabricar os instrumentos jurídicos e ideológicos que asseguram a perpetuação no poder dessa mesma camada predominante. Não haverá reforma da universidade sem interrupção do processo de autorreprodução da classe dominante, pois esta sustenta, e sustentará sempre a universidade *do modo como está organizada* (PINTO, 1994, p. 77, grifo nosso).

O atual modelo de universidade, para essa sociedade de classes sociais e institucionais antagônicas, tem de ser um instrumento ideológico das forças sociais dominantes para amortecer a possibilidade do surgimento de uma ideologia alternativa de mudanças no atual estado de dominação e exploração em que se encontra a nação brasileira e, a própria universidade assume o papel de aparelho ideológico de reprodução da dominação. As instituições de ensino superior no Brasil, encontram-se organizadas em função das ideias dominantes das quais se origina e atua com a mesma finalidade de manter o processo de dominação ao longo do tempo. Assim sendo, o terreno ideológico é o procedimento de que as classes dirigentes lançam mão para impedir que se realize a reforma da universidade a serviço do desenvolvimento autenticamente nacional, no sentido de que a maioria da população possa ter dignidade de vida. Essa luta por reformar a universidade não é uma luta comunista e socialista, mas uma luta por uma cidadania com o fim de oportunizar, à maioria da sociedade, uma vida humana razoável. Enganam-se os que defendem que a universidade e o ensino têm que ser neutros, porque isso não existe e é prova de que essa visão é própria de uma consciência ingênua, alienada e fanática.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que desejamos reafirmar ao longo do trabalho é realçar o eixo do conhecimento e da universidade como instrumento possível para emancipação do ser humano e da sociedade subdesenvolvida. O eixo que trata do conhecimento é a base de transformação da consciência quando atinge o caráter crítico, porque tem origem na realidade e, a ela, retorna na forma de soluções dos problemas trazidos pela mesma. Dessa forma, o conhecimento possui um forte caráter social desde sua origem até a sua aplicabilidade concreta. Então, o conhecimento, além de elevar a consciência individual e coletiva de caráter crítico, contribui para a formação de uma pensar em torno da realidade nacional, com o intuito de estimular o indivíduo a participar da luta pela sua transformação. A universidade somente torna-se um instrumento de produção da cultura libertadora quando se realiza uma reforma onde a sociedade define que tipo de universidade é mais adequada para alavancar o desenvolvimento nacional para todos. Por isso, olhando para a universidade que temos hoje, é urgente uma reforma no sentido de romper com o ciclo de reprodução da ideologia da classe dominante, a fim de superar as contradições de classe social e, com ela, toda a espécie de desigualdades e injustiças consolidadas pela universidade com o caráter elitista.

Para produzir um conhecimento que impulse a revolução, o sujeito que o produz necessita converter-se a pensar a realidade nacional como origem e fonte das ideias e conhecimento, que estimule ações coletivas para transformar o atual estado da realidade nacional caracterizada pelo pensar ingênuo, que leva as massas ao imobilismo social, fruto da consciência coletiva ingênua. O conhecimento que pretende possuir um caráter crítico e formador do nível crítico da consciência nacional origina-se do pensar sobre o contexto local, que possibilita a compreensão da realidade nacional. Para realizar essa façanha, vamos citar Santo Agostinho, quando afirma; “a esperança tem duas belas irmãs: a indignação e a coragem”. A indignação é um ato de consciência diante das reais

condições materiais em que vive o ser humano imerso na realidade nacional. A esperança é a força que a consciência crítica produz, no indivíduo, para engajar-se no processo de libertação do ser humano das condições existenciais precárias em que se desenvolve sua vida para uma situação existencial mais dignificante de si e da sociedade a que pertence. Por isso, o conhecimento crítico gera a consciência crítica, caracterizada por uma racionalidade instrumental para pensar a prática e fortalecer a racionalidade do possível como orientação do pensamento para realizar o projeto humano de melhorar as condições materiais e culturais em que se desenvolve a vida do ser humano. Portanto, superar a crise do conhecimento é o ponto de partida que contribui para reformar a universidade. Desde que o conhecimento tenha origem e aplicação na realidade existencial em que vive a maioria da população. Sendo assim, o acesso ao conhecimento pela maioria da sociedade e a sua apropriação, com o perfil abordado, reúne condições para dizer que tipo de universidade o país precisa para desenvolver-se de forma autônoma e soberana, com o fim de humanizar a nação pela transformação para melhorar as condições de vida da população.

Para fazer aflorar na atividade da pesquisa científica, esse tipo de conhecimento, a universidade precisa ser reformada para produzir conhecimento que rompa com a reprodução da classe dominante. Mas, também, tem de assumir o desafio de fomentar e produzir a contra ideologia para superar o caráter anti-humano do processo de dominação na coletividade em que o ser humano está inserido. A dominação gera o imobilismo, que é próprio de uma consciência conformada com os contornos de subjugamento de uma classe social sobre a outra, isto é, a classe dos ricos impondo as condições desumanas e seus interesses para a maioria da população e fazendo-a aceitar tal condição como algo natural. Somente o povo pode dizer que tipo de universidade devemos ter para libertar-nos dos condicionamentos desumanizantes em que vive a maioria da população. Em hipótese nenhuma, podemos esperar que a classe dominante venha libertar a classe dos oprimidos e suas condições desumanizantes, uma vez que, tal condição foi criada pelos indivíduos que fazem parte da classe opressora. Isto é, jamais o opressor vai realizar a libertação dos oprimidos, haja vista que ele próprio é o causador das condições desumanizantes em que vive o oprimido.

Encerro esse texto fazendo, minhas, as palavras de Paulo Freire (1992): “Subestimar a sabedora que resulta necessariamente da experiência sociocultural é ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista. Talvez seja mesmo o fundo ideológico escondido, oculto, opacizando a realidade objetiva, de um lado, e fazendo, de outro, míopes os negadores do saber popular, que os induz ao erro científico. Em última análise, é essa ‘miopia’ que, constituindo-se em obstáculo ideológico, provoca o erro epistemológico”

## REFERÊNCIAS

- FAVERI, José Ernesto de. *Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire*. São Paulo: LiberArs, 2014.
- FAVERI, José Ernesto de. *Filosofia da educação: o ensino da filosofia na perspectiva freireana*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FAVERI, José Ernesto de. (org.) *O legado de Álvaro Vieira Pinto a partir da voz dos seus contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2011.



- FAVERI, José Ernesto de. *O filosofar e a ética nas organizações: convite à reflexão e ação*. 3. ed. Blumenau: Nova Letra, 2011.
- FAVERI, José Ernesto de; WOLFF, Celi Terezinha. (Orgs.). *Filosofia da educação: o fundamento da prática de docência comprometida e transformadora*. Blumenau: Nova Letra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, Rio de Janeiro, 2005. (v.1 e v.2).
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: os problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. (v.1 e v. 2).
- PINTO, Álvaro Vieira. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.